

AS IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA INDEPENDÊNCIA

Márcio Rodrigo Reina¹

Resumo: O presente artigo visa fazer uma breve análise do capítulo II do livro “A Revolução Burguesa no Brasil” de Florestan Fernandes. Nele encontraremos qual foi o papel do processo de independência na formação do estado nacional brasileiro, nesse sentido entender as rupturas e permanências dele e seus desdobramentos para a sociedade brasileira. Assim, perceber as mudanças cognitivas principalmente das elites após a independência, assim como, a mudança do fluxo do capital. Dessa forma, busquei ressaltar os aspectos mais relevantes levantados pelo autor para compreender esse processo, tais como: a importância da política liberal no processo de independência, isso significa entender os limites que as elites colocaram na implantação dele, obviamente atentando para as especificidades da sociedade brasileira. Nesse sentido, o principal limite foi o escravismo, ou seja, entender como o escravismo estava enrustado tanto na economia como na cultura destas elites. Para além dos elementos já expostos Florestan atenta para o papel histórico destas elites, apresentando os atores envolvidos no processo de independência bem como os diferentes interesses em jogo, em suma, as tensões políticas desencadeadas pela emancipação bem como a acomodação destes diferentes interesses. Por fim, apontaremos o papel da política patrimonialista na formação do Estado Nacional, ou seja, perceber como os interesses das elites e do estado se misturam e se tornam, na maioria das vezes, o mesmo. Nesse sentido, confundindo os interesses nacionais com o interesses das elites dominantes como sendo os mesmos.

Palavras-chave: Estado Nacional, Liberalismo, Capital, Revolução.

1 Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo

Duas foram as implicações da Independência primeiro: ela serviu como “Marco histórico definitivo do fim da era colonial (p.49)”; e em segundo: “como ponto de referência para a “[...]época da sociedade nacional(...) (idem)”, dessa forma, inaugura-se uma conjuntura de tensões internas entre as elites nacionais e portuguesas (Casa de Bragança), assim “(...) o poder deixará de se manifestar como imposição de fora para dentro, organizar-se a partir de dentro (p.50)”.

O fato de o poder político agora estar organizado a partir de dentro isso não significa que o capital estrangeiro não influenciava a política e economia brasileira. No entanto, o surgimento do mercado interno tem forte relação com o processo de abertura dos portos e ainda mais com a independência, por isso os fatores acima colocados podem ser colocados como revolucionário.

As elites, agora, brasileiras não lutaram propriamente contra a sociedade colonial e isso é facilmente concluído ao analisarmos a questão de como o liberalismo foi implantado no Brasil, ou seja, tendo o escravismo como seu limitador. Elas lutavam contra a dominação portuguesa mais especificamente contra o fim do estatuto colonial

[...] as referidas elites atuaram revolucionariamente no nível das estruturas do poder político, que foram consciente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integrações internas e de funcionamento daquela ordem social. (Fernandes, 2006 p. 50)

Por conseguinte, o autor avalia que a Independência adquiria dois elementos, sendo um deles revolucionário e outro conservador

O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional.

O elemento conservador evidencia-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação (IDEM).

Dessa forma, a Independência foi revolucionária no sentido jurídico -político no sentido da ruptura do estatuto colonial, mas o mesmo não aconteceu com o substrato material, social e moral, assim sendo temos os elementos novos se misturando com o velho. Porém, esse elemento revolucionário serviu de impulsionador de novas mudanças, princi-

palmente no que diz respeito a formação e organização do Estado Nacional. A independência foi fundamental para que as elites agrárias se envolvessem na construção de uma política nacional e a interação nacional atuou no sentido econômico justamente no nível da expansão do mercado interno (IBIDEM p. 52).

Um aspecto que devemos olhar em relação a independência é o de como o liberalismo foi absorvido/apropriado pelas elites. O liberalismo serviu para “dar forma e conteúdo as manifestações igualitárias diretamente emanadas da reação contra o esbulho colonial” (IDEM). Como já dito, os princípios do liberalismo foram apropriados de forma parcial/limitada, segundo o autor, “tosca e egoísta” uma vez que estruturas da velha ordem colonial se mantiveram como a escravidão e o latifúndio baseado na monocultura. Assim sendo, apenas as elites poderiam disfrutar dos tais conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade.

O liberalismo ajudou na redefinição das relações de dependência do Brasil com relação ao mercado externo, no entanto, ele apenas redefiniu a subordinação do Brasil os potenciais europeias, não mudando, dessa forma essa relação. Um outro aspecto do liberalismo reside justamente na formação do Estado Nacional. Assim sendo, o liberalismo assume duas formas uma se firma no “reino da ideologia e o outro na utopia, dessa forma, “o primeiro diz respeito as concepções que impulsionaram os conflitos contra o Reino (...) e a segunda quanto aos ideais que projetavam o Estado e as sociedades nacionais com um destino a ser conquistado no futuro (IBIDEM p. 53).

Sob esses novos aspectos, ou seja, o fim do exclusivo metropolitano, a apropriação do liberalismo e a formação do Estado Nacional, os senhores rurais tiveram que

pensar e agir sobre si próprios, os negócios da coletividade e os assuntos políticos de interesse geral sem a mediação dos nexos coloniais. Sob esse aspecto as categorias de pensamentos inerentes ao liberalismo preenchem uma função clara: cabia-lhes suscitar e ordenar a partir de dentro e espontaneamente, através do estatuto nacional, mecanismos econômicos, sociais e políticos que produzissem efeitos equivalentes aos que eram atingidos (Fernandes, p. 54)

Isso significa que o liberalismo, pelo menos a princípio, atuou para reelaborar os papéis dos agentes econômicos internos aos mecanismos do mercado internacional e da criação do Estado Nacional. O liberalismo atuou na separação e superposição dos planos de organização do poder, ou seja,

Os antigos modelos patrimonialistas continuaram a ter plena vigência no nível do domínio senhorial. Todavia, a organização do “poder central” foi colocada em um

plano independente e superior, no qual aqueles modelos de dominação se faziam sentir apenas de maneira indireta e condicionante (IBIDEM p. 56)

Assim ocorre uma cisão entre as formas de dominação tradicionais e as formas de poder criadas pela ordem legal. Muitas vezes “(...) os controles reativos, suscitados pela tradição, prevaleciam sobre os preceitos legais (IDEM). Porém, podemos perceber as mudanças entre o passado e o presente. Segundo o autor

Portanto, sem perder de vista as manifestações e deformações que sofreu numa sociedade e numa cultura tão avessas às suas implicações socioeconômicas, políticas, intelectuais e humanísticas e aceitando-se que, ainda assim, ele só constituiu como realidade histórica para as minorias atuantes dos estamentos senhoriais, o liberalismo foi a força cultural viva da revolução nacional brasileira (IDEM).

Somente após a transformação do senhor rural em cidadão é que o liberalismo agiu como elemento transformador da realidade histórica, assim sendo, a utopia liberal serviu de condição socio dinâmica de formação de consolidação da sociedade nacional, no entanto, o conflito entre as estruturas colônias persistentes e os elementos ideológicos e utópicos do liberalismo, nem sempre o último levava a melhor.

Tudo dependia da lealdade, esclarecimento e tenacidade com que os mesmo homens pertencentes aos mesmos estamentos dominantes se identificavam com os interesses do domínio senhorial ou com os interesses da sociedade civil (Fernandes, 2006 p. 59).

Esses dois aspectos eram praticamente indissociáveis, pois os interesses dos senhores rurais se confundiam com os da sociedade civil, eles eram praticamente a sociedade civil. Dessa forma, distinguir a ideologia e a utopia do liberalismo se torna precário no sentido de distingui-las com algum rigor interpretativo.

O que temos dessa forma é uma clara concentração de poder a classe que fora chamada pelo autor de “cidadão prestantes”, onde os “cidadãos ativos” serviam de base “no entanto, foi a relação entre a ordem legal estabelecida e a constituição de uma sociedade civil que deu sentido social à revolução política encarnada pela independência”. Esse processo (independência) trouxe mudanças estruturais, sendo elas, “a interação entre os estamentos senhoriais e sua relação com a sociedade global” (p. 60). Estas mudanças estruturais se manifestam em três níveis: primeiro, na transformação política do senhor rural em senhor-cidadão, esta mudança tem um caráter “estrutural-funcional”, onde o papel do se-

nhor rural que antes girava, principalmente, ao redor do domínio senhorial, passa a ter um alcance muito maior; segundo, surgiram novas “formas de socialização” na medida que o senhor aumentava o seu poder político ele passou a entender “a significação política dos privilégios sociais assim como, também percebeu que esses mesmos privilégios (...) dependiam da extensão do domínio senhorial aos outros planos da vida social (p. 61)”.

A monarquia constitucional é expressão desta evolução, pois ela possibilitava a dominação senhorial “expandir e burocratizar-se”, assim o que temos é a ordem de dominação senhorial (privatista e regional) transformar e ampliar-se à dominação estamental, dessa forma, os interesses privados influenciam em grande parte ou talvez até determine, a ação estamental; em terceiro, com a introdução desse liberalismo, que estamos definindo ao longo do trabalho, ou seja, com as características já apresentadas, ele transforma o senhor rural em senhor cidadão, onde o princípio de igualdade era comum entre os que participavam desse ciclo, assim tensões dentro desse ciclo surgiram, de modo que, surgem “os defensores mais ardorosos da “liberdade”, da “justiça”, da “nacionalidade” e do “progresso”, os campeões de luta contra o escravismo e os primeiros advogados convictos da “causa da democracia” (IDEM).

O quadro pintado até aqui acerca do processo de independência mostra os limites desse processo: primeiro, porque ele, sob qualquer aspecto demonstra que a herança da dominação senhorial permaneceu sobre toda a nação, ou seja, o Estado era a expressão, talvez máxima, dessa dominação; segundo, porque o liberalismo não rompeu a relação da nova nação em relação a dominação externa, ela apenas operava sob novos moldes, outro aspecto desse limite, está no fato dele só ter gerado prestígio social e autonomia à uma parcela pequena da população.

Porém, foi dentro desse quadro que os fenômenos, independência e liberalismo, “concorriam para implantar as bases da integração nacional na ordem social herdada da Colônia. Assim sendo, duas esferas são transformadas no agente social, ou seja, no senhor cidadão, ambas as esferas estão ligadas ao desenvolvimento do aparelho cognitivo, uma delas refere-se a ordem competitiva que gera a ideia de circulação do capital num âmbito mais global, outra era que as “ações sociais (do senhor cidadão) ganhavam significação política (p. 62).

Dessa maneira, o aparato jurídico-político tinha sua atuação reduzida pois, elas deveriam estar de acordo com os interesses dos estamentos senhoriais, assim a integração nacional estava presente nos locais onde ela favorecia a concentração de renda/poder (p. 64, mesmo assim a do exclusivo metropolitano e a independência, favoreceram “(...) a criação e a expansão de estruturas administrativas, jurídicas, políticas de expansão nacional” (IDEM).

Como já tido essas estruturas estavam à mercê dos interesses das elites senhoriais, no entanto, mesmo trabalhando para interesses próprios, suas ações favoreciam o “progresso da livre iniciativa.” Segundo Florestan, de forma geral, o padrão de interação adota-

da refletia os interesses da sociedade civil, pois, essa sociedade civil “(...) estava mais comprometida com a defesa da propriedade privada, da escravidão e de outros componentes tradicionais do status quo ante (p. 65).

A necessidade de adotar a dominação senhorial a forma de poder especificamente políticas e organizadas burocraticamente não teria produzido os resultados reconhecíveis se o horizonte cultural médio dos “cidadãos da elite” não se observa as ideias e princípios liberais, de importância definida para sua orientação prática, a sua ação política e seu comportamento social. Assim, o liberalismo recebe novas funções, isso significa que além de ter servido para favorecer e influências as mudanças estruturais de caráter político - jurídico, ele também serviu de elemento constitutivo, pois, “(...) preenchem nas relações dos estamentos intermediários e superiores com a organização e estrutura da sociedade global” (Idem).

Então as mudanças estruturais dos mais diversos níveis indicam que mesmo que a revolução tenha preservado traços das velhas estruturas, elas não se mantiveram intactas, além disso, esse novo contexto político forçou a sociedade colonial a mudar seus níveis de organização de modo a convertê-la numa sociedade nacional. Assim, segundo o autor, o liberalismo foi revolucionário, pois seus ideais eram contrários a de uma sociedade colonial que tinha como estrutura a escravidão, o império da dominação senhorial.

Dessa forma, o liberalismo teve como função favorecer o desenvolvimento do aparelho cognitivo das elites, pois ele mudava a forma de sentir, pensar e agir politicamente, como consequência temos um Estado adquirindo uma nova função, ou seja, o de “expandir ou fomentar o aparecimento de condições econômicas, sociais e culturais que deveriam formar o substrato de uma sociedade nacional” (p. 67).

Mesmo preservando elementos da velha sociedade. Segundo o autor “(...) foi dele que partiram as forças mais ou menos profundas de inovação e reconstrução, no entanto, essas inovações e reconstruções refletiram, diretamente, “(...) apenas na organização dos estamentos intermediários e superiores”, Florestan afirma que as mudanças só poderiam partir de tais estamentos (IBIDEM p. 69).

Com a abertura dos portos que faz com os senhores rurais adquirissem novas funções, isso significa deixar de ser um agente econômico da metrópole no circuito do capital, para se tornar um agente econômico independente, ou seja, que participava de todo o circuito do capital, em conjunto com a independência que, junto com os ideias do liberalismo, faz com que novas formas de organização do poder se formem, tudo isso favorece a diferenciação dos estamentos intermediários e superiores, uma vez que esses elementos favoreçam a criação de instituições extra políticas complementares ou suplementares do estado, tais como, bancos, escolas e outros serviços.

Dessa forma, o que temos são duas formas dentro da mesma sociedade, ou seja, mesmo com a persistência da escravidão e do patrimonialismo, o sistema competitivo se

desenvolve, é a tal das estruturas velhas e novas atuando, o velho e o novo, as permanências e rupturas, o sistema estamental e o competitivo. A forma como o liberalismo é apropriado pelas elites dominantes, que lançava as bases para o desenvolvimento do capitalismo, serviu como amalgama, pelo menos a princípio, dos interesses das elites para a formação de uma integração nacional e na própria formação do Estado Nacional.

No entanto, fica claro que mesmo esses elementos, ou seja, elementos velhos e novos se misturando e convivendo em conjunto, a opção pelo capitalismo se desenvolve, de modo que, as elites superiores e intermediárias buscavam defender

soluções práticas que mantinham ou ampliavam a modernização do Estado e sua intervenção construtiva na criação do substrato econômico, social e cultural requerido por uma nação integrada e independente (Fernandes, p. 70)

Florestan chega a três conclusões baseado nessa discussão: primeiro,

as motivações ideológicas do liberalismo eram primeiramente econômicas e apenas implicitamente políticas (apesar de sua influência histórica ter se desenrolado numa esfera puramente política (...)) já as motivações utópicas do liberalismo eram diretamente políticas e só secundariamente econômicas (IBIDEM p. 70).

Segundo o realismo conservador e idealismo liberal são “(...) o verso e o reverso da mesma moeda (idem)”, ou seja, que ambos representavam os interesses das elites em se manter seus prestígios sociais e econômicos através do controle do poder político, terceiro,

a parte mais positiva e politicamente importante da contribuição daquelas elites à visão de integração da sociedade nacional, como processo e como realidade, aparece na polarização utópica do liberalismo e, portanto, no “idealismo político” a que ele se associou naquele cenário histórico (IBIDEM p. 71).

As mudanças ocorridas no aparelho cognitivo das elites, ou seja, a forma de olhar o mundo, mais especificamente sua relação com o circuito do capital, o poder de sua influência o Estado nacional, a relação com seus pares (iguais) e com o passar do tempo com os diferentes (escravos), acabou que mesmo preservando velhos valores e estruturas, novas mudanças ocorreram na estrutura política, social e cultural, pois os valores da sociedade moderna foram, de maneira específica apropriados, e até expandidos, rumo a uma nova ordem social, isso significa que

(...) o amalgama com o passado possuía, portanto, cissuras e “avanços para a frente” que não podem ser ignorados e que precisam, ao contrário, de uma compreensão que ponha em relevo os papéis construtivos logrados pelo “presente”, pelo “futuro” e pelo “progresso” nos processos perceptivos, cognitivos e pragmáticos dos agentes humanos socialmente atuantes (IBIDEM p. 74).

Foram essas adaptações que formaram o cerne da “formação e do desenvolvimento da ordem social nacional no Brasil”. Assim, a formação do Estado Nacional (Independência) foi de suma importância pois, ela e a meio para a burocratização da dominação patrimonialista, resguardando assim as velhas estruturas, assim como, foi igualmente importante para privilegiar os estamentos senhoriais, dessa forma, os interesses dos estamentos senhoriais se transformavam em “interesses gerais”.

No entanto, “ao se concretizarem politicamente, porém, os referidos interesses tinham de se polarizar em torno da entidade histórica emergente, a nação”, ou seja, a partir desse momento os interesses patrimonialistas começaram a colidir “(...) com as estruturas sociais herdadas da Colônia, com base na quais ela própria se organizava e se legitimava socialmente e as quais ela deveria resguardar e fortalecer. Durante o Império não surgiram forças sociais que as colocasse em xeque (p.75-76).

Após a independência a dominação senhorial se expandiu, porém, como ela foi herdada da antiga estrutura colonial ela por si só apresentava limitações uma vez que se poder de mando dividia e separava os iguais

(...) para que o prestígio social dos estamentos senhoriais pudesse ser privilegiado politicamente, era necessário que surgisse um fator de solidariedade que repousasse na comunidade de interesses dos senhores, mas transcendesse a organização interna do domínio. Esse fator vem a ser a criação de um Estado Nacional Independente. (IBIDEM p. 78)

Nesse sentido o fator político se torna preponderante uma vez que foi ele que deu a liga de ambas as coisas, pois esse mesmo agente humano “(...) era chamado a realizar suas probabilidades de poder no nível do domínio e no nível da nação. (p. 79)”, dessa forma, ambos os interesses tendiam a se mesclar estruturalmente na ordem social constituída de modo a fornecer certa estabilidade/regularidade além de instituições mais “modernas” e “eficaz”, de modo que, as decisões estavam voltadas para dentro e elas interferiam diretamente no presente e no futuro da coletividade, bem diferente do que ocorria no período colonial.

Assim, o “senhor rural, deixa de ser, em graus naturalmente variáveis, um agente divorciado dos processos históricos sociais do ambiente (...) onde domínio e nação tendem a harmonizar-se como polos diferenciados, distantes, mas interdependentes (p. 80)”, assim, o poder do domínio que se expandia para o poder estamental com a burocratização patrimonial, era equivalente a integração nacional, dessa forma o poder patrimonial/privatista era princípios da própria organização societária, porém,

essa conexão é que conferiu aos senhores rurais condições para converterem a satisfação de seus objetivos privados comuns em fator político de interesse geral. Assim, a situação nacional adquiria um significado político que transcendia o privatismo que emanava, diretamente, da entidade sociocultural nova da qual ela fluía (IBIDEM p. 81)

Isso significa, como já dito, que ocorreram profundas transformações psicossociais nos círculos sociais que estavam a frente desse processo, dois fatores aceleraram essas transformações: um está ligado ao fato de que a hegemonia política dos estamentos senhoriais “assegurou relativa segurança, na fase de burocratização de seu poder político.” O outro está ligado ao fato de que “(...)muitos problemas colocados por essa burocratização foram enfrentados como problemas técnicos, pois dizem respeito aos requisitos jurídicos-políticos da ordem legal” (IDEM).

Já no campo econômico as coisas ocorreram de forma distinta, já que a mudança no fluxo do capital para dentro não representou mudanças no modo de produção, uma vez que ele não foi o elemento dinamizador da criação do Estado nacional Independente, qualquer alteração econômica nesse momento seria difícil, uma vez que era de interesse das camadas senhoriais que a escravidão continuasse, assim qualquer potencialidade de mudança foi absorvida pelo meio socioeconômico.

No entanto, a formação do Estado nacional Independente, representou economicamente uma diversificação já que foram criados uma vasta rede de serviços em conjunto com o substrato material (pessoas), isso ocorre dentro de uma ordem escravocrata, onde o Brasil ainda tinha “uma posição heteronômica em relação ao exterior (p. 83)”, no entanto, a economia é regida pelos interesses individuais e coletivos, conforme já descrito. Mesmo com o quatro mencionado, o processo de independência, teve grande relevância econômica, pois além de alterar o fluxo de capitais para dentro, fez com que as elites senhoriais pudessem se apropriar de recursos que antes iam para fora, mesmo com uma posição heteronômica com o exterior, e tudo isso estava centralizado na exploração da grande lavoura.

Ela - a grande lavoura - amorteceu mudanças maiores tendo em vista que ela impossibilitou a “mudança na concentração social da renda e qualquer correção de suas distorções. No entanto, mesmo que parte da velha estrutura colonial permanecesse, ela não foi

capaz de anular completamente as transformações decorrentes do processo de abertura dos portos, emancipação política e introdução do liberalismo, isso significa que a diferenciação do sistema econômico ocorreu sob “as condições vigentes de interdependência entre grande lavoura e trabalho escravo (idem)”.

A própria formação do Estado nacional requeria a formação de um novo substrato humano. Na realidade a grande lavoura teve um papel ambíguo ora ela serviu como elemento de retardo do processo, já que ela dificultou a concentração social da renda, porém, ela também serviu como elemento dinamizador da economia nacional.

Como já dito, a abertura dos portos teve um papel importante no processo da revolução burguesa no Brasil uma vez que o senhor rural começa a ter maior noção sobre o fluxo de capital além de potencializar as tensões entre a elite portuguesa e a nacional, esse processo associado a Independência, fez com que as orientações políticas, pelo menos em tese, fossem orientadas a partir de dentro. Este aspecto deve ser abordado com clareza, pois, a orientação de dentro estava vinculada ao patrimonialismo, ou seja, o senhor rural estendeu seu domínio político local para o estamental, isso porque eles perceberam que poder econômico refletia em poder político, “sob estes aspectos, a constituição de um estado nacional punha termo à forma de expropriação colonial, que submetia o agente econômico interno a uma inevitável e irredutível espoliação típica (p. 84).”

Assim sendo, “a internalização do fluxo de renda forçou, de modo direto, a diferenciação dos papéis econômicos e “ela também contribuiu para modificar a composição do sistema econômico (p. 85)”. Isto significa que ao liberar a grande lavoura do espólio da metrópole, acabou favorecendo/fomentando a surgimento de um comércio mais intenso, liberando inclusive crédito. No entanto, não devemos esquecer que a independência pouco ou nada significou em termos de independência político e econômica dos centros econômicos ocidentais.

Mas a formação de uma ordem social nacional impulsionou a modernização dos centros econômicos internos, principalmente nas cidades, uma vez que, “Criar um estado nacional ou forjar uma nação significa organizar o espaço econômico, social e político de uma forma peculiar (p 86)”. Todas essas transformações e modernizações eram empreendidas fundamentalmente pela elite, dessa maneira, ela nada tinham que temer tais mudanças

Por isso, as pressões da reorganização do fluxo de renda e do sistema econômico, da constituição de um Estado nacional e do crescimento urbano sobre a absorção de tecnologia, de instituições e de valores sociais puderam ser enfrentadas sem tensões graves e sob aceleração crescente (IBIDEM p. 87)”

Um dos aspectos a serem ressaltados é que a absorção do padrão de civilização ocidental europeia pelo Brasil, tanto econômico, quando político, passaram por deformação, no sentido de que, “as instituições jurídicas e políticas, que deveriam moldar uma ordem democrática, mas se converteram, basicamente, em instrumentos de burocratização da dominação patrimonialista no nível estamental” (IDEM). Mas uma vez isso demonstra que a elite nada tinha a temer em relação as transformações nos mais variados campos da vida, pois era ela que estava conduzindo tal processo.

Cabe lembrar mais uma vez que todo processo histórico de mudança na sociedade irá trazer consigo traços de permanência, ruptura e elementos novos, assim o que temos é o velho se misturando com o novo, o arcaico com o moderno, em relação a esse processo Florestan diz que ocorreram “deformidades” para exemplificar podemos, mais uma vez dizer que, a introdução do liberalismo tendo como limite a escravidão é uma dessas deformidades uma vez que o liberalismo nada tem a ver com o escravismo tipicamente colonial.

Mas não é só isso o próprio liberalismo foi a doutrina política e econômica adotada pela burguesia e ela está quase que inexoravelmente ligada a formação das repúblicas na Europa, no entanto, o que temos no Brasil, além do limite já citado, é a formação de uma Monarquia transvestida com elementos, pouco ou nada funcionais, na república, vide a constituição de 1824. Em relação à alguns aspectos mencionados acima, cabe citar

O que ocorreu com o estado Nacional independente é que ele era liberal somente em seus fundamentos formais. Na prática, ele era instrumento de dominação patrimonialista no nível político. Por essa razão, esdrúxula para os que não raciocinam sociologicamente, ela combinou de maneira mais ou menos heterogênea e ambivalente as funções da monarquia centralizada com as da Monarquia representativa.

Enquanto esse vínculo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estamental no plano político, tratava-se de uma Estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais.

Enquanto garantia dos direitos fundamentais do “cidadão”, agência formal da organização política da sociedade e quadro geral da integração e funcionamento da ordem social liberal e, nesse sentido, “democrático” e “moderno” (IBIDEM p. 90).

Um aspecto da abertura dos portos e da formação do Estado Nacional já citado aqui, foi a mudança do fluxo do capital, mas não foi só isso, ele também criou um elemento importante para o desenvolvimento do capitalismo moderno no Brasil que foi, o estabelecimento da ordem competitiva não só entre si mas, também, entre outros agentes econômicos estes fatores ajudaram a desenvolver o comércio nacional que fora, por vezes, incrementado pela elite senhorial que se beneficiava de tal processo, no entanto, o setor que era

dinamizador da economia nacional era a agricultura, sendo ele, “o único ramo econômico capaz de acautelar o futuro da nação (p. 92)”.

A economia nacional teve e continua a ter um caráter heteronômico, ou seja, de dependência das economias capitalistas hegemônicas europeias. A postura adotada pelas elites senhoriais que controlavam através da dominação patrimonialista o Estado Nacional, não era de diminuir tal dependência, mas sim “combater os efeitos conjunturais negativos sobre o nível de renda dos “senhores rurais. Nesse sentido o liberalismo econômico teve papel central, isso quer dizer que ele fora a ferramenta para “proteger e fortalecer a iniciativa privada” influenciando inclusive o mercado de gêneros de subsistência e as manufaturas, no sentido de conduzir e controlar seu desenvolvimento, através do estado nacional (p. 93).

Após acabar a digressão em relação as questões econômicas derivadas da Independência, desenvolveu um complexo processo histórico social, esse processo foi de fundamental importância para do desenvolvimento do “Brasil Moderno”, ou seja, “floração cultural da silenciosa revolução socioeconômica em que aquela revolução política iria desabrochar-se, lentamente, ao longo do tempo. Assim sendo, alguns aspectos devem ser observados, sendo um deles que “a autonomização do país se inicia como um fenômeno modularmente político (Idem)” ou seja, “Não houve transformação prévia, concomitante ou subsequente da organização das relações de produção (p. 94).

Ao contrário (idem)” Isso significa que não ocorreu uma mudança na produção e está forçou uma mudança política como ocorrerá na França, mas sim o contrário, ou seja, ocorreu primeiro a Independência que fora, no Brasil, uma questão fundamentalmente política e esta libera as transformações dos processos de transformação socioeconômicas, em ambos os processos, mas particularmente o econômico, como já citado, teve um caráter, principalmente no começo, conservador, uma vez que economicamente após a formação do estado Nacional o que temos é a permanência das velhas estruturas econômicas, isso significa o trabalho escravo, a grande lavoura baseada na monocultura. Mas vale lembrar que essa revolução política mesmo tendo caráter conservador, teve também um aspecto transformador/revolucionário, pois,

ao eliminar os entraves decorrentes do estatuto colonial e ao internalizar os controles da vida econômica, vinculou esse padrão de organização das relações de produção, estrutural e dinamicamente, às tendências de integração, diferenciação e crescimento da econômica interna (IBIDEM p. 95).

Segundo Florestan, não podemos reduzir as transformações que ocorreram no Brasil a questões de imposições do “mercado externo” isso significa, as pressões de economias internacionais, segundo ele, elas influenciaram em dois aspectos, sendo um deles: primei-

ro, “eliminação da alíquotas que cabiam à Metrópole” (Idem), ou seja, tensionar para o fim do pacto colonial para que as mercadorias tropicais ficasse mais baratas na medida que tiravam o intermediário da jogada, nesse caso, Portugal; segundo: esses centros econômicos pressionaram para acabar com o estatuto colonial sem, necessariamente num primeiro momento, acabar com as demais condições, ou seja, acabar com a oferta de produtos tropicais ao menor preço, isso significa manter certas permanências que favoreciam esse processo, entenda-se, o escravismo, a grande lavoura e a monocultura. Por mais estranho que isso possa parecer, tendo em vista que teoricamente o liberalismo e o próprio desenvolvimento do capital, mais uma vez, em teoria, eram fundamentalmente contrários ao escravismo, além desses centros quererem manter a economia brasileira atrelada as economias destes mesmos centros, ou seja, manter a heteronomia econômica. Sendo assim, em relação aos processos históricos ocorridos no Brasil podemos dizer que “a evolução histórica em questão se explica por processos históricos internos, apenas condicionados e estimulados favoravelmente pelas alterações do mercado externo e pelo sistema internacional de poder” (p. 95-96).

A dominação patrimonialista que era local e se torna estamental, conforme já dito, aumenta a concentração de renda na camada senhoril e se torna, dessa forma, “um imperativo histórico” isso significa que, as condições históricas imperantes tais como, “a escravidão, o latifúndio, a monocultura extensiva, a especialização na produção e exportação de certo “produtos tropicais”, a extrema concentração social da renda, exiguidade e a descontinuidade do mercado interno, a dependência das importações e o crescimento descontínuo e horizontal” tornaram – se imprescindíveis para a manutenção dos “níveis de produção e de exportação alcançados pela economia colonial” (p. 97).

Assim sendo, mesmo que com a mudança do fluxo de capital e uma alteração cognitiva do senhor rural que começa a vislumbrar o circuito mais global de comercialização de mercadorias, isso por si só não o transformou num burguês em termos modernos, pois vários aspectos da estrutura colonial se mantiveram. As pressões não foram suficientes para altera. Por isso, os fatores dinâmicos de sua situação econômica levaram nós a se concentrar na defesa dos meios de manutenção e crescimento da economia escravista e uma repúdio mais ou menos generalizado e sistemático do elemento burguês dos seus papéis econômicos.

Se por um lado as mudanças foram neutras, por outro elas foram visíveis, isso significa que “a autonomização política e a burocratização da dominação patrimonialista à produção e à exportação as funções de processos sociais de acumulação estamental de capital. Dessa forma, novos papéis políticos e econômicos surgiram-no seio das camadas senhoris que inclusive, parte dela, começa a adotar um novo estilo de vida, um mais ligado as cidades e todas as potencialidades que ela favorecia, assim sendo essas alterações foram fundamentais pois, ela acabou se convertendo em condições estruturais de desenvolvimento interno do capitalismo.

O desenvolvimento da ordem competitiva em conjunto com a acumulação estamental de capital foram importantes para o desenvolvimento do capitalismo, pois, o primeiro elemento introduz o pensamento de cunho mais capitalistas na acamada senhoril, ou pelo menos em uma parte dela, já o segundo elemento, foi importante para o desenvolvimento inicial do capitalismo, porém, diferente do que ocorrera na aristocracia europeia, essa acumulação estamental de capital teve tempo limitado “Em consequência, o referido processo se cristalizou, adquirindo caráter social recorrente e o significado de um estado econômico permanente, persistindo mesmo à degradação da ordem social patrimonialista e à universalização do regime do de trabalho livre” (p. 99).

Dessa maneira, apesar de todas as transformações em decorrência da formação do Estado Nacional,” à expansão da economia urbana, ou pura e simplesmente às transformações do neocolonialismo no mundo moderno, ele se manteve suficientemente integrado para eternizar um processo pré-capitalista de acumulação de capital” (p. 100).

Um aspecto importante em relação ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil é que ele teve primeiro “uma natureza sociocultural” mais do que econômica, pois com o processo de independência buscou-se forjar uma nova sociedade, isso significa que a Independência, ou seja, a autonomização requeria uma mudança no estilo de vida, na organização da personalidade e principalmente na cultura da sociedade.

As estruturas coloniais, principalmente aquelas ligadas ao modo de produção, limitaram muito esse processo uma vez que a economia manteve seu caráter heteronômico. A autonomização teve “uma importância estreita para a diferenciação e integração da economia nacional” (p. 101) ela serviu, em suma, apenas para uma diferenciação dos papéis econômicos dos senhores rurais e um certo desenvolvimento de algumas cidades, principalmente o Rio de Janeiro.

Lá é que graças a esse processo pudemos perceber as maiores mudanças como o crescimento do alto comércio, o aumento dos cargos públicos, o aumento de crédito, mas cabe lembrar que essas alterações estavam muito ligadas a acumulação de capitais por parte do Estado e esse atrelado aos interesses dos senhores rurais através do patrimonialismo. No entanto, duas tendências foram importantes para “atuarem como fatores dinâmicos de consolidação de uma ordem econômica vinculada à utilização independente dos recursos internos e das forças econômicas do meio social ambiente” (p. 102).

Uma dessas tendências está ligada ao desenvolvimento urbano e seus desdobramentos, esse processo está vinculado a integração da economia de subsistência ao comércio interno. A outra tendência está vinculada ao surgimento da ordem competitiva, principalmente, nesses centros urbanos, onde ocorreu uma maior diferenciação do mercado, aumento demográfico significativo além de uma especialização econômica.

Cabe ressaltar que a grande lavoura teve importante papel nesse processo, uma vez que, ela após a independência teve seu isolamento quebrado e dessa forma, começou a fa-

zer parte da economia, agora nacional, de forma mais sistemática e integrada, pois a medida que crescia necessitava demais produtos internos para sua reprodução, assim como ela (a grande lavoura) passou a aplicar seus capitais excedentes em vários setores da economia, mas principalmente no desenvolvimento das cidades, isso acabou estimulando a circulação monetária que foi fundamental em médio e longo prazo para o desenvolvimento do mercado interno, ou seja,

O inter cruzamento entre a expansão da economia urbana e a expansão da produção rural destinada ao consumo interno imprimia a esse processo de diferenciação estrutural um sentido histórico novo, pois a vitalidade do crescimento econômico local ou regional assumiu, em tal contexto, as funções de aumentar o grau de autonomia econômica relativa do país (p. 103).

Como podemos perceber temos nesse processo uma alteração da ordem econômica, onde a grande lavoura impulsionou, assim como novos processos econômicos, a integração entre eles, no bojo de desse processo o aparelho cognitivo tanto dos senhores rurais quanto das camadas médias continuaram a mudar, isso significa que o padrão de civilização ocidental fora incorporado e moldado no Brasil no interlaçar desse processo, assim sendo, podemos dizer que “Representa um processo novo, que extrai parte de sua substância das estruturas preexistentes, mas que se organiza, desde o início, como uma estrutura divergente, nascida da conjugação histórica de novas possibilidades de ação econômica e de novos padrões de organização do comportamento econômico “ (IDEM). Esse novo setor ligado ao desenvolvimento do meio urbano representava o tipo ideal concebido pelo liberalismo, mas demoraria muito tempo até que ele tivesse força para continuar as mudanças históricas político, social e econômica. Em realidade o seu desenvolvimento estava atrelado aos da grande lavoura, única capaz de dinamizar e controlar esses processos, dessa forma não temos o “velho” se tornando o “novo”, mas sim o primeiro como elemento criador e dinamizador do segundo.

Essa maneira interpretativa nos mostra que o senhor rural dentro do estatuto colonial tinha uma função marginal no processo econômico geral, após a automatização econômica ele passa a ter papel central nos processos de mudanças estruturais, no entanto, ele agiu muito mais no plano estamental do que no econômico, ou seja, no que se refere a economia o senhor rural segurou qualquer transformação, já no plano estamental, ele atrelou os seus interesses e privilégios ao do Estado Nacional, transformando assim o patrimonialismo local em estamental.

Assim sendo, vemos uma contradição onde o “espírito burguês” estava atrelado ao capitalismo comercial, este por sua vez atrelado ao setor “velho”, podemos dizer então que o setor “novo” realizava “o espírito burguês com certa desenvoltura, mas nem por isso com inteira plenitude, pois se viam tolhidos por nexos de dependência econômicos, morais ou

políticos que punham por terra qualquer iniciativa de maior alcance”. Apenas com o desenvolvimento e expansão do mercado interno, ou seja, com o crescimento auto sustentado, é que condições mais favoráveis para que o “espírito burguês” ganhasse envergadura, foi possível (p. 106).

Um outro aspecto destacado pelo autor diz respeito ao fato de que a autonomização política adquirida fundamentalmente pelos senhores rurais, não se desdobrou em autonomização econômica. No que se refere a autonomização política ela serviu para que o rendimento da grande lavoura ficasse nas mãos dos senhores rurais, isso ocorrerá na medida que o controle da Metrópole sobre a economia brasileira acabou. Ela não significou uma mudança a curto prazo no modo de produção e nas relações de produção, isso significa que a priori as velhas estruturas permaneceram.

No tocante a autonomização política cabe destacar que ela significou que, esse mesmo senhores rurais, controlavam agora a política nacional, conforme já mencionado, dessa forma eles poderiam conduzir as transformações sociopolítica e economia. No entanto, ela em nada alterou a heteronomia, isso significa, que a economia nacional continuava atrelada aos interesses dos grandes centros econômicos hegemônicos.